

Gerardo Magela/Agência Senado



Terra com trabalho escravo irá para reforma agrária e moradia

Renan Calheiros (C) preside sessão solene, entre parlamentares e as artistas Alcione e Leticia Sabatella. "Mais de um século depois do fim da escravidão, o Brasil não está livre desse mal", lamentou o senador

Congresso promulgou ontem emenda constitucional que pune atividade análoga à escravidão. Propriedades onde for constatada a prática serão expropriadas sem indenização. Organização Internacional do Trabalho estima que 30 milhões de pessoas no mundo sofram com trabalho forçado

A Emenda Constitucional 81, promulgada ontem pelo Congresso em sessão solene, determina expropriação de imóvel onde for comprovado trabalho análogo à escravidão. As propriedades em área rural serão destinadas

à reforma agrária. No meio urbano, os imóveis servirão para moradia popular.

Apesar de o Código Civil já definir condição análoga à escravidão como submissão a trabalho forçado, jornadas exaustivas ou em condi-

ções degradantes, ou quando há servidão por dívida, o texto promulgado ontem depende de um projeto que caracteriza o trabalho escravo. A ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, alertou para o risco de retrocesso. **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Antonio Carlos Rodrigues, José Pimentel e o relator da matéria na CCJ, Vital do Rêgo, conversam em Plenário

Senado agrava pena para contrabando

O Plenário aprovou ontem projeto que agrava a pena para o crime de contrabando, passando-a de um a quatro anos de

reclusão para de dois a cinco anos. O texto, que vai a sanção, dobra a punição no caso de contrabando marítimo ou fluvial. **6**

Aprovada exibição mensal de filmes nacionais nas escolas

Proposta que exige a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação

básica foi aprovada ontem em Plenário e segue para sanção presidencial. **2**



Cristovam, autor do texto, fala com o ministro Rossetto, que esteve no Senado

Procurador vê Lei de Imigração defasada **6**

Pequeno agricultor é prioridade, diz ministro **7**

Protecionismo agrícola nos EUA mobiliza senadores

Durante audiência, senadores propuseram ações para evitar prejuízos aos agricultores brasileiros em razão de novas regras adotadas nos Estados Unidos. **8**



Ricardo Ferraço (C), presidente da Comissão de Relações Exteriores, propôs debate com ministros em sessão temática do Senado, "antes que o problema se instale"

José Cruz/Agência Senado

Exibição de filme nacional nas escolas vai a sanção

Senadores aprovaram ontem o PLS 185/2008, que obriga as escolas de educação básica a exibirem, por no mínimo duas horas por mês, filmes brasileiros. O projeto segue para a sanção presidencial



AS ESCOLAS DE educação básica — até o 9º ano — podem ficar obrigadas a exibir, por pelo menos duas horas por mês, filmes de produção nacional. A mudança na Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi aprovada ontem no Plenário do Senado e será enviada à sanção presidencial.

O autor do projeto (PLS 185/2008), Cristovam Buarque (PDT-DF), argumentou que a arte deve ser parte fundamental do processo educacional. Disse ainda que a criança que não tem acesso a manifestações artísticas usualmente se transforma em um adulto desinteressado por cultura.

O senador defende ainda que o cinema é a arte mais



Maurício Maniz/Agência Senado

Cristovam Buarque diz que objetivo é criar "geração com gosto pelo cinema"

fácil para ser levada às escolas. Cristovam acredita que esses alunos poderão adquirir o hábito de frequentar as salas de cinema.

— A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa

de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema. E o único caminho é a escola — disse.

TV Senado mostra *Brasil no Olhar dos Viajantes*



A TV Senado exhibe amanhã o quarto e último episódio da série *Brasil no Olhar dos Viajantes*. A série de documentários propõe uma discussão sobre a identidade brasileira a partir dos relatos feitos por estrangeiros desde o descobrimento até as grandes expedições científicas do século 19. Em quatro episódios, é possível ver a influência que esses relatos tiveram na construção da imagem nacional perante o mundo e entre os próprios brasileiros.

O quarto episódio, assim como o terceiro, é dedicado ao século 19, depois da vinda da família real, em 1808, e da abertura dos portos às nações amigas, quando diplomatas, comerciantes, artistas, naturalistas e curiosos de várias partes do mundo invadem o país, colocando fim aos 300 anos de isolamento da colônia.

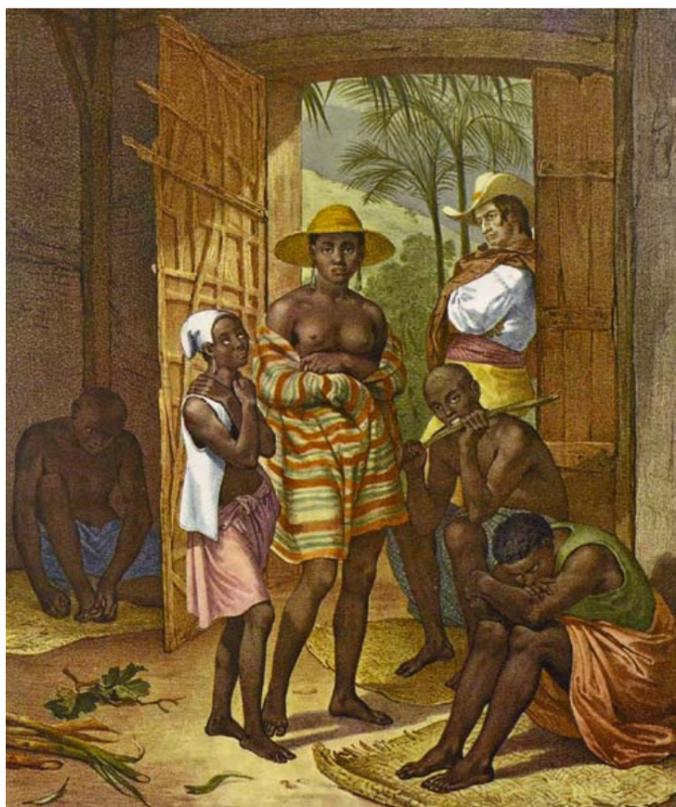
A partir daí, o Brasil torna-se cenário de incontáveis livros e pinturas que apresentavam em detalhes essa terra agraciada por sua riqueza natural e pela beleza das paisagens, em contraste com os costumes de sua gente, "alegre, cortês, porém

muito ignorante e rude".

Pela história de personagens épicos e de textos e imagens raras, o último episódio da série *Brasil no Olhar dos Viajantes* permitirá ao espectador compreender melhor as características que os brasileiros herdaram do passado e a forma como lidam com elas no presente.

A série foi inspirada na coleção

de livros *O Brasil Visto por Estrangeiros*, publicada pela Secretaria de Edições Técnicas do Senado em 2002. A coleção reúne os textos de alguns dos mais importantes viajantes que passaram pelo Brasil, entre eles, o naturalista suíço Louis Agassiz, o francês Auguste Saint-Hilaire e o explorador britânico Richard Burton.



Reprodução

A partir de obras como a de Johann Moritz, documentário propõe entender o Brasil

Aprovada doação de terreno entre fundações universitárias



O Plenário aprovou ontem o PLC 136/2011, que autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a doar uma área de 10,15 hectares à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O texto segue para sanção.

De autoria da Presidência da República, a proposta visa à regularização do domínio da área porque, em 1993, a Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul (UFMS) firmou comodato com a Cidade Universitária de Dourados para que se construísse no local a UEMS. Mas, em 2005, com a criação da UFGD, todos os imóveis de domínio da UFMS foram transferidos para a recém-criada universidade.

— Faz-se necessária a regularização dominial para propiciar à UEMS e à UFGD o correto planejamento de suas ações de pesquisa, ensino e extensão — explicou o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Casildo defende projeto para prevenção de desastres

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu projeto (PLS 388/2008) apresentado por ele para que 1% do valor dos seguros no país se destine à prevenção e à redução de riscos de desastres. O senador esteve na semana passada em um encontro no Equador para debater a defesa civil e a prevenção de catástrofes.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para ele, o Brasil está na vanguarda nessa área. No entanto, Casildo insistiu na ideia de que não adianta estruturar as áreas de defesa civil do

Brasil sem a disponibilidade de recursos. Segundo ele, o projeto vai estimular a cultura do seguro e vai evitar sinistros, pois aumentará a prevenção de desastres.

Tocantins está sem rumo, segundo Ataídes Oliveira

Ataídes Oliveira (Pros-TO) disse ontem que o Tocantins enfrenta dificuldades devido a maus administradores e corrupção. Ele observou que o estado é refém dos repasses do Fundo de Participação dos Estados, de onde vêm 62% das suas receitas, porque a arrecadação própria não passa de R\$ 1,4 bilhão ao ano.



Gerardo Magela/Agência Senado

Segundo o senador, a situação é grave em todas as áreas, especialmente na segurança e na saúde. Ele acusa a falta de investimentos em infraestrutura e

saneamento e cobra a construção de um centro de convenções para atrair negócios. O senador lembrou que, em quatro anos, o Tocantins teve oito governadores.

CORREÇÃO

O *Jornal do Senado* errou ao identificar integrantes do governo em matéria da página 5 da edição de ontem. Na verdade, Ideli Salvatti é ministra dos Direitos Humanos; Marta Suplicy, da Cultura; e a ex-ministra Maria do Rosário é deputada federal.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



AGENDA Discursos

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

PROJETO TALENTOS DO SENADO PROMOVE SHOW DA BANDA FUSION NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO HOJE

A banda Fusion se apresenta hoje, no Espaço do Servidor do Senado (praça de alimentação), a partir das 17h. A apresentação faz parte do Projeto Talentos do Senado, em que servidores apresentam seus trabalhos em música, fotografia e literatura, além de publicações acadêmicas. Também compõem o projeto as oficinas culinárias temáticas oferecidas em parceria com o Senac.

No repertório estão músicas de grandes bandas internacionais do rock'n'roll, como Beatles, Rolling Stones e Deep Purple. O grupo é formado por Fernando Pedrosa na voz e na guitarra, Emílio Schlaepfer no baixo e Tiago Albuquerque na bateria. O baterista, lotado na Secretaria-Geral da Mesa, é servidor do Senado desde 2009.

Constituição agora pune o trabalho escravo

Senado promulgou ontem emenda constitucional que determina expropriação de terras onde a prática for constatada, para uso em reforma agrária ou moradia popular

IMÓVEL URBANO OU rural onde houver trabalho sem pagamento de salário ou análogo à escravidão poderá ser retirado do proprietário, sem indenização. Esse mandamento constitucional passa a valer com a Emenda Constitucional 81, promulgada ontem pelo Congresso. A emenda acrescenta trabalho escravo no artigo 243, que determinava a expropriação apenas onde houvesse culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Na área rural, as terras expropriadas deverão ser usadas para reforma agrária. No meio urbano, os imóveis devem ser utilizados em programas de moradia popular. A proposta foi apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade, que participou da sessão solene de promulgação ontem.

A definição de trabalho escravo ainda depende de regulamentação porque foi aprovada subemenda que incluiu a expressão “na forma da lei”. Uma proposta de regulamentação (PLS 432/2013), que tem Romero Jucá (PMDB-RR) como relator, aguarda votação.

De acordo com o Código Civil, condição análoga à escravidão inclui submissão a trabalho forçado, jornadas



Condições similares à escravidão são flagradas em casos como o de empresa terceirizada por loja de departamentos, em 2011

exaustivas ou em condições degradantes, ou quando ocorre restrição à liberdade de locomoção em razão de dívida contraída, a chamada servidão por dívida.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou que, mais de um século depois do fim da escravidão, ainda não seja possível dizer que o Brasil está livre desse mal. Segundo ele, foi por isso que o Legislativo decidiu adotar medidas mais drásticas, inclusive impondo a desapropriação.

Renan afirmou que o termo escravidão lembra pessoas trazidas à força, na colonização, para trabalhar nos canaviais,

cafezais, fazendas de gado e nas cozinhas das casas-grandes. Observou que essas cenas saíram do cotidiano do país, mas outras formas abusivas e servis de exploração do trabalho permanecem.

— A escravidão que atualmente combatemos não é mais aquela institucionalizada, mas nem por isso menos cruel e execrável. Não se veem mais grilhões, correntes e pelourinhos, pois persiste insidiosa, encoberta, disfarçada — disse.

O presidente do Senado observou que o trabalho análogo à escravidão ultrapassa fronteiras. Citou que a Organização Internacional do Trabalho

(OIT) estima 30 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado em todo o mundo. Uma parcela importante seria de latino-americanos e 90% dos casos acontecem na economia privada.

— Esses dados muito mais nos envergonham sabendo que o trabalho forçado afeta a camada da população mais carente, mais vulnerável e que mais deveria estar sob a proteção do Estado. Entre esses, os mais atingidos são as mulheres, os migrantes menos qualificados, as crianças e os indígenas — declarou.

Renan registrou que em 1957 o Brasil aderiu à Convenção



Renan lamenta que a escravidão no Brasil persista de forma disfarçada

29, da OIT, que pediu a eliminação do trabalho forçado. Diante da persistência da prática, foi lançado em 2003 um plano nacional para a erradicação. Mais adiante, o Congresso aprovou alteração no Código Civil para caracterizar de forma mais efetiva a condição análoga à de escravo.

Mesmo com todos os avanços, conforme avaliou Renan, a legislação praticamente não vem sendo aplicada, deixando uma “sensação de impunidade”. Diante disso, justificou, o Congresso partiu para medidas mais rigorosas no texto da PEC do Trabalho Escravo, como as desapropriações



Ideli Salvatti afirma que trabalho escravo não precisa de nova definição legal

Ministra diz que redefinição do conceito representa um retrocesso

Para a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, não há necessidade de redefinir o conceito de trabalho escravo para dar efetividade à emenda. Depois de participar da sessão de promulgação, ela lembrou que já existe uma definição no Código Penal.

— Não vamos admitir retrocessos. O Brasil não admite que, na regulamentação, nós tiremos da definição do trabalho escravo aquilo que a legislação hoje já prevê.

Na opinião da ministra, a regulamentação tem de cuidar apenas dos procedimentos a serem cumpridos no processo de expropriação, até porque, enfatizou, não haverá “expropriação automática”. A expropriação só ocorrerá

como consequência de decisão judicial com amplo direito de defesa.

— Então aquele argumento de que precisa regulamentar deixando claro [o conceito de trabalho escravo] para ninguém ficar submetido à opinião ou visão de um único fiscal do trabalho não vigora, porque vai ter o processo, vai ter o direito de defesa, se confirmado, aí então se dará a expropriação — explicou.

Semana que vem Ideli vai a Genebra, na Suíça, chefiando a delegação brasileira na Conferência da OIT que votará a atualização da Convenção 29, sobre trabalho forçado. Segundo a OIT, o trabalho análogo à escravidão é um negócio que movimenta US\$ 150 bilhões em todo o mundo.



Alcione e Leticia Sabatella participam da sessão e comemoram a emenda

Artistas classificam emenda como segunda abolição da escravatura

Na solenidade de promulgação da emenda, a atriz Leticia Sabatella e a cantora Alcione saudaram a decisão do Congresso de modificar a Constituição para determinar a expropriação de propriedades onde houver trabalho escravo.

Leticia Sabatella leu carta do jornalista Leonardo Sakamoto, assinada também pela diretora-geral do Movimento Humanos Direitos, a atriz Dira Paes, e por todos que integram a entidade. No documento, eles classificam a promulgação da Emenda Constitucional 81 como uma segunda abolição da escravatura, 126 anos após a assinatura da Lei Áurea.

Conforme afirmam, toda propriedade deve cumprir função social, não podendo ser

utilizada como instrumento de opressão ou submissão de qualquer pessoa. “Não é apenas a ausência de liberdade que faz um trabalhador escravo, mas principalmente de dignidade”, disse Leticia Sabatella.

Alcione também considerou o momento histórico e se disse honrada em participar da solenidade de promulgação da emenda. A cantora interpretou *Canto das Três Raças*, de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte.

Ao lado do presidente do Congresso, Renan Calheiros, Alcione e Leticia fizeram parte da Mesa, assim como o senador Romero Jucá, relator da proposta de regulamentação da EC 81, entre outros parlamentares.

Lídice da Mata teme que regulamentação revogue punições

Lídice da Mata (PSB-BA) também registrou preocupação com os rumos da regulamentação de dispositivos da Emenda Constitucional 81. Ela apelou a todos que defenderam as teses que culminaram na aprovação da PEC do Trabalho Escravo para acompanharem de perto a elaboração da lei e, assim, evitar retrocessos.

— Propõe-se uma regulamentação que pode tornar a PEC um esforço sem sentido, porque revoga todas as punições por trabalho escravo no Brasil — salientou.

Aproposta (PLS 432/2013), relatada por Romero Jucá, tramita na Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, onde deve ser apreciada na terça-feira.

Jucá se opõe a considerar “condições degradantes” e “jornada extenuante” como trabalho escravo. Para ele, isso permitiria desapropriações injustas.

No texto atual, trabalho escravo é submissão a trabalho forçado, sob ameaça, com coação ou restrição de liberdade.

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br



Valter Campanato/ABR



Apesar de a negociação coletiva no serviço público ser hoje considerada inconstitucional, há greves e manifestações

Estudo propõe negociação coletiva no serviço público

Acordo entre representantes de servidores e gestor público não pode resultar em reajuste salarial devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Consultor do Senado sugere regra nacional para evitar judicialização

TRADICIONAL INSTRUMENTO DO mundo do trabalho no setor privado, a negociação coletiva no setor público brasileiro é tema de estudo do consultor do Senado Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior. Para reduzir as ações judiciais por conflitos estatutários, o autor afirma que será preciso construir, por meio de lei, um “modelo temperado” de negociação coletiva no setor público constitucionalmente sustentável.

Diferentemente do setor privado, a negociação coletiva no setor público é regida por normas constitucionais, devido às limitações orçamentárias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestores públicos que ultrapassam o limite de gastos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal podem ser responsabilizados administrativamente. Por isso,

segundo o consultor, direitos dos servidores — como a revisão geral da remuneração e a criação de cargos — só podem ser firmados por lei.

— Não basta, por exemplo, que um representante do sindicato do Poder Legislativo sente com o presidente do Senado Federal para tentar fixar algumas balizas referentes à nossa remuneração. Sem uma lei que regulamente, o efeito dessa conversa não vai resultar num conjunto de normas aplicáveis imediatamente — explicou Vieira Junior.

Inconstitucional

A discussão não é nova. Segundo o consultor, em 1992 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a negociação coletiva prevista no Regime Jurídico Único (RJU). Mesmo concordando com a posição do STF

de que é inconstitucional a mera adequação do modelo do setor privado ao setor público, o consultor considera ser possível adotar a negociação coletiva por meio de uma lei nacional que discipline e detalhe todos os procedimentos.

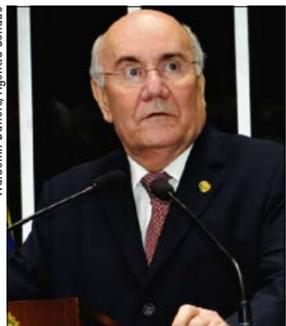
O autor do estudo descarta a necessidade de mudar a Constituição. Segundo ele, a elaboração de norma nacional que abranja a administração pública da União, estados, Distrito Federal e municípios promoveria a solução pactuada das crises envolvendo o Estado e os servidores.

— Hoje o Poder Judiciário tem decidido tudo, mas os juízes, evidentemente, não têm condição, competência ou tempo para tomar todas as decisões. Estabelecer uma regra geral serviria, inclusive, para desafogá-lo — afirmou Vieira Junior.

Senado recebe três MPs aprovadas pela Câmara

Na presidência da sessão de ontem, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou a chegada ao Senado de três medidas provisórias — 639/2014, 640/2014 e 642/2014. Essas três MPs foram aprovadas pela Câmara. Uma delas, a 640, foi

comissionadas de grandes eventos (FCGE) e extingue, em caráter definitivo, mais de 564 funções comissionadas técnicas (FCT). Essas novas funções se destinam ao exercício de atividade de direção, chefia e assessoramento na Secretaria



Na presidência, Flexa Ribeiro anunciou a chegada das medidas

Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

As funções poderão ser exercidas, privativamente, por servidores públicos efetivos e militares

da União, dos estados ou do Distrito Federal em exercício na secretaria.

A MP 642/2014 abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 5,1 bilhões.

Adiado exame de proposta sobre ampliação do Supersimples

O projeto que promove mudanças no enquadramento de empresas no regime de tributação das pequenas e microempresas (Supersimples) será analisado na próxima sessão deliberativa do Senado.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, tentou votar o PLC 60/2014 — Complementar ontem, mas não houve margem de segurança para aprovação. São necessários ao menos 41 votos favoráveis.

— É um risco, uma temeridade perdermos uma matéria dessa importância — alertou Kátia Abreu (PMDB-TO).

O relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) é favorável. Durante a discussão, José Pimentel (PT-CE) afirmou que “a criação do Simples permitiu que saíssemos de 1,3 milhão para 8,7 milhões



Relatório de Eunício é favorável ao projeto de lei complementar

de empresas”. — Com a aprovação desse projeto, serão formalizados mais de 2 milhões de empreendedores individuais — disse o senador.

O projeto universaliza o acesso do setor de serviços ao Simples Nacional e estabelece receita bruta máxima de R\$ 3,6 milhões por ano como único critério para inclusão no regime.

TRT do Maranhão ganhará 17 novos cargos efetivos

VOTAÇÕES EM PLENÁRIO

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, em São Luís, terá mais 17 cargos efetivos. O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2013, que prevê as novas vagas. O texto seguirá para a sanção presidencial.

A proposta, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria cargos de analista judiciário na especialidade de tecnologia da informação. A justificativa é

de que a medida vai agilizar o atendimento à população.

Na análise, o relator, Lobão Filho (PMDB-MA), argumenta que o TRT da 16ª Região enfrenta escassez de servidores capacitados para a área de tecnologia da informação.

“O acesso ao Judiciário, por parte do cidadão, constitui um dos mais importantes pilares construtores de uma sociedade verdadeiramente democrática”, afirma Lobão Filho.

Renan pauta aposentadoria especial para pescadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 150/2013, que trata da aposentadoria especial de pescadores e trabalhadores de atividades afins, a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária, estará na pauta de votações da próxima sessão deliberativa.

O projeto foi transformado em lei complementar por tratar de regime de aposentadoria especial e, dessa forma, precisou ser autuado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Renan observou que, durante muitos anos, várias categorias obtiveram a aposentadoria especial e poucas realmente fazem jus a esse tipo de benefício como os

pescadores profissionais. Segundo Renan, esse é um resgate social da maior importância, promovido pelo Congresso.

— Os pescadores enfrentam, no seu dia a dia, a exposição prolongada ao sol intenso e ao calor, bem como adversidades da natureza, como tempestades, além do isolamento em rios e o no mar. A soma do estresse físico e psicológico, sem dúvida alguma, torna o ofício perigoso e insalubre. Por essas razões, os pescadores merecem o benefício e também as regras previdenciárias especiais para que o período do defeso seja considerado na aposentadoria — disse o presidente.

(Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Projeto que regula criação de municípios será reanalisado

A proposta que estabelece regras para a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar) voltará a ser discutida pelo Senado. Na quarta-feira, a matéria foi aprovada pela Câmara com mudanças, o que exige o reexame pelos senadores.

Uma das mudanças da Câmara foi a exclusão da exigência de uma extensão mínima de território, que havia sido estabelecida em 100 quilômetros quadrados para Nordeste, Sul e Sudeste e 200 quilômetros quadrados para Centro-Oeste e Norte.

Por outro lado, foi mantida a exigência de população mínima, tanto no município a ser criado quanto no que venha a perder parte do território. Nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o mínimo é de 6 mil habitantes; no Nordeste, de 12 mil; e no Sul e Sudeste, de 20 mil.

Segue para sanção projeto que aumenta a pena, que hoje varia de 1 a 4 anos de prisão, para período de 2 a 5 anos. Tempo dobra se transporte for aéreo, marítimo ou fluvial

Senado endurece punição para contrabando

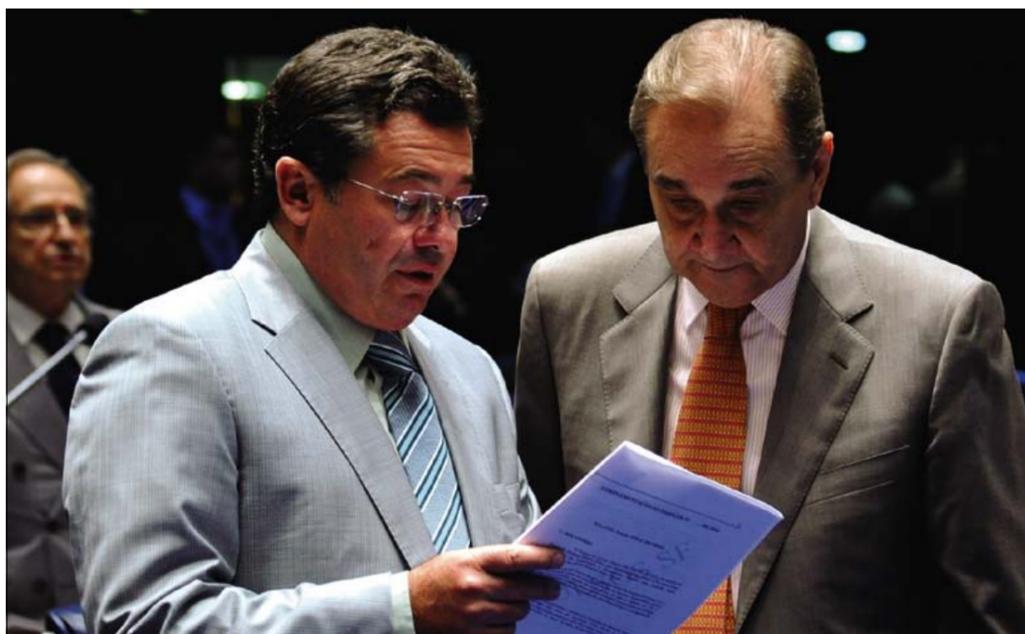
**VOTAÇÕES
EM
PLENÁRIO**

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que diferencia mais claramente no Código Penal os crimes de contrabando e descaminho. O PLC 62/2012, que segue para sanção, aumenta a pena por contrabando, atualmente de um a quatro anos de reclusão, para de dois a cinco anos. Não houve mudanças em relação ao descaminho.

Contrabando é importação ou exportação de mercadoria proibida. No caso do descaminho, a mercadoria é legal, mas há tentativa de não pagar os tributos devidos.

— É separar o joio do trigo: o que é legalmente importável e o que é ilegal entrar no país: droga, armamento. Tem que haver punição maior para contrabando — disse o líder do DEM, José Agripino (RN).

O crime de contrabando passará a ser descrito no artigo 334-A do Código Penal



Relator do projeto em comissão, Vital do Rêgo conversa com José Agripino, que apoiou a mudança na votação do Plenário

como “ato de importar ou exportar mercadoria proibida”. Incorre no mesmo crime quem importar ou exportar clandestinamente mercadoria que dependa de registro ou autorização de órgão público

ou que traga de volta ao Brasil mercadoria produzida aqui exclusivamente para exportação.

Além disso, o projeto estende a aplicação em dobro da pena ao contrabando via transporte marítimo ou fluvial. Hoje esse

aumento de punição está restrito a contrabando por transporte aéreo.

O relator do projeto e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), defendeu a

diferenciação entre os dois crimes. Ele disse que sugestões de Pedro Taques (PDT-MT) que não foram aproveitadas para agilizar a tramitação poderão ser incluídas na discussão da reforma do Código Penal (PLS 236/2012).

A Receita Federal informou em fevereiro que a apreensão de mercadorias nas áreas de fiscalização, repressão, vigilância e controle sobre o comércio exterior, incluindo bagagens, foi 16,97% menor no ano passado do que a registrada em 2012. Foram apreendidos, entre outras mercadorias, produtos falsificados, tóxicos, medicamentos, munição, armas e drogas.

Apesar da queda, a apreensão de armas passou de 581 unidades para 6.814, aumento de 1.072,8%. A de remédios subiu 79,6%, com crescimento de R\$ 6,99 milhões para R\$ 12,56 milhões. A apreensão de cigarros cresceu 11,8%.

Procurador diz que Brasil precisa rever Lei de Imigração

O Brasil precisa atualizar sua legislação para lidar com estrangeiros, que remonta à época da ditadura e tem pontos incompatíveis com a atual Constituição. Essa foi uma das questões defendidas durante a audiência pública que discutiu os feitos da política externa brasileira de direitos humanos, realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, ao comentar a questão dos haitianos que buscaram refúgio no país e hoje estão recebendo atenção dos governos do Acre e de São Paulo, afirmou que a Lei 6.815/1980 tem foco numa proteção nacional que hoje não faz sentido dentro do sistema de globalização. Por isso, precisa ser revista. A ideia, na nova legislação a ser elaborada, seria a de trabalhar com o princípio da dignidade humana e da solidariedade, para que os estrangeiros possam ser acolhidos, abrigados

e qualificados para entrar no mercado de trabalho.

— Um olhar generoso sobre a questão da imigração é absolutamente essencial — disse.

Ele também defendeu a instituição de uma autoridade nacional migratória, onde se concentraria a burocracia, e a elaboração de um cadastro nacional de imigrantes, para ficar claro quem são, onde estão e o que fazem, já que hoje

as informações estão isoladas ou desconectadas.

— Que todas as questões migratórias sejam resolvidas por um único órgão. Vários países têm isso, funciona e evita as dificuldades que temos no varejo — afirmou.

Programas

Os representantes do governo brasileiro que participaram da audiência relacionaram

uma série de programas e acordos assinados pelo Brasil que demonstram, na opinião deles, o comprometimento e o envolvimento do país para assegurar os direitos humanos, tanto nos foros internacionais quando localmente.

Temas como a luta pela erradicação do trabalho infantil, a questão indígena e o futuro da internet, com os direitos humanos servindo como base

para os princípios de governança da rede mundial de computadores, foram citados pelo ministro Alexandre Peña Ghisleni, diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty. O ministro também citou a proposta a ser defendida pelo Brasil de criação de um foro nas Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre afrodescendentes.



A senadora Ana Rita (3ª à dir.) conversa com o procurador federal Aurélio Rios durante a audiência pública na CDH

Snowden

Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou positiva a manifestação da presidente Dilma Rousseff de restabelecer parceria diplomática com os Estados Unidos, após o estremecimento provocado pelas revelações do ex-espião Edward Snowden em relação ao monitoramento realizado pelo governo daquele país na internet.

Suplicy disse esperar que seja tratada a anistia para Snowden, lembrando que ele disse querer se asilar no Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rossetto destaca aumento de investimentos na agricultura familiar

Ministro do Desenvolvimento Agrário também ressaltou novidades no sistema de seguro rural em audiência pública no Senado ontem

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, apresentou as prioridades do governo federal para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014–2015. Além do aumento de recursos para investimento e custeio da produção e a nacionalização da cobertura do crédito, ele destacou mudanças no sistema de seguro rural.

Para aumentar a produção de alimentos, garantir renda no campo e buscar a estabilidade dos preços ao consumidor, o governo anunciou no início desta semana investimento de R\$ 24,1 bilhões na agricultura familiar e na reforma agrária na próxima safra. O valor cresceu 10 vezes nos últimos 11 anos, conforme ressaltou o ministro.

Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos agricultores são feitos a juros que variam de 0,5% a 4% ao ano, atendendo 1 milhão de famílias, em 5.454 municípios.

Como novidade para a próxima safra, Miguel Rossetto destacou o Pronaf Produção Orientada, uma linha de crédito para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estão previstos investimentos em sistemas agroflorestais e convivência com o semiárido, com assistência técnica gratuita para o agricultor que pagar



O ministro Miguel Rossetto (E) fala à CRA, em audiência conduzida pelo vice-presidente do colegiado, Acir Gurgacz (C)

em dia o financiamento.

— Queremos estimular a boa relação entre o produtor e o profissional que vai orientar esse programa — explicou.

Para a reforma agrária, Rossetto destacou a oferta R\$ 1,6 bilhão em crédito produtivo para assentados. Ele também anunciou a meta de inclusão de 7 mil assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o próximo ano.

Na presidência do debate, Acir Gurgacz (PDT-RO) ressaltou a importância da agricultura familiar para a economia e elogiou o trabalho do MDA, em especial o aumento progressivo de recursos investidos no setor.

— Isso tem feito a diferença no desenvolvimento do país. Tanto é que o Brasil, ano a

ano, bate recorde de produção agrícola, pecuária, na bacia leiteira, e agora passando à industrialização dessa produção — saudou Gurgacz.

Endividamento

Apesar de também elogiar o avanço do apoio à agricultura familiar, Ana Amélia (PP-RS) manifestou a preocupação com o endividamento do campo, o que impediria o acesso de muitos produtores aos recursos anunciados para a nova safra.

Em resposta, Rossetto afirmou que o crédito, a cada ano, atende um número maior de agricultores. Na safra que se encerra agora, foram formalizados 2,5 milhões de contratos, alguns deles grupais, de associações e cooperativas.

Nova agência deve funcionar no início de 2015

O ministro destacou ainda a implantação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que fará a coordenação dos serviços de orientação especializada aos agricultores familiares e aos assentamentos da reforma agrária. A agência deve iniciar a atuação no início de 2015.

— Queremos que a Anater seja um espelho positivo daquilo que a Embrapa constrói de melhor no nosso país. Será um conceito estratégico de articular, de forma muito forte, a produção da pesquisa, o conhecimento gerado, com a transferência para a atividade produtiva do país — contou Miguel Rossetto.

Durante o debate, o ministro e os senadores saudaram o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. Também participou da audiência o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes de Guedes.

Seguro rural garantirá receita esperada

Na apresentação aos senadores, o ministro destacou mudanças no sistema de seguro agrícola, que a partir de janeiro de 2015 passa a garantir 80% da receita esperada pelo agricultor, não sendo mais um seguro focado no valor financiado.

— É um novo conceito de crédito, que vai estimular o crescimento da receita dos agricultores — frisou Rossetto.

Também está sendo adotado, conforme o ministro, reforço ao crédito de custeio e redução de juros para a produção agroecológica, que tem como uma das características o cultivo sem o uso de agrotóxicos.

Em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro informou que a produção agroecológica está

em expansão, assim como a demanda por esse tipo de produto.

— Ainda é mais caro [o produto orgânico], mas nossa expectativa é de que, com o aumento de produção, maior escala e ganho de experiência, chegaremos à redução de preço e equilíbrio para o consumidor — avaliou Miguel Rossetto.

Fundo internacional vai ajudar o semiárido



Relatora do projeto, Gleisi Hoffmann fala com Walter Pinheiro em Plenário



O Projeto Dom Hélder Câmara, iniciativa do governo federal para combater à pobreza em 129 municípios do semiárido nordestino, receberá R\$ 41 milhões do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). O Plenário aprovou ontem o PRS 17/2014, que autoriza empréstimo entre o Fida e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. São duas linhas de crédito:

uma de 11,4 milhões de euros e outra de 2 milhões de direitos especiais de saque (cesta composta de quatro moedas), que correspondem a US\$ 3 milhões. A mensagem da presidente Dilma Rousseff explica que o projeto beneficia 74 mil pessoas em sete estados da Região Nordeste. O pedido foi relatado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que apresentou voto favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Walter Pinheiro: país avançou no setor, mas requer mais

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou ontem que, numa década, o Brasil avançou de investimentos de R\$ 2 bilhões para R\$ 22 bilhões na agricultura familiar, revelando o acerto do governo na destinação de recursos para o setor. Mas pediu providências para que o país avance mais.

Ele disse entender que o investimento na agricultura familiar não começou com Lula, mas observou que a sensibilidade dele nessa área foi importantíssima para entender que o agronegócio e a produção familiar são complementares.

— Muita gente satanizou a agricultura. Estou falando de como o agronegócio, a grande agricultura, era vista como se pudéssemos botar para se contrapor a agricultura familiar. Eu diria que elas são mais do que complementares — disse.

Pinheiro ressaltou, contudo, que apesar do bom desempenho, o Brasil precisa andar mais. Ele considera inadmissível a situação da Bahia, em que a soja, para chegar ao Porto de Aratu, detém um caminhoneiro dias e dias na estrada.

Ana Rita pede apoio para conservação ambiental no campo

Ana Rita (PT-ES) destacou em Plenário, ontem, projetos de autoria dela de apoio à agricultura familiar, que comemora em 2014 o ano internacional. Um deles é o que institui a Política Nacional do Agrotóxico Natural.

Em atendimento à pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas, Ana Rita disse ter apresentado projeto que garante a inclusão das mulheres na prioridade de compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Como forma de “contribuir para a sustentabilidade ambiental”, Ana Rita é autora de proposta que autoriza a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares que adotem práticas de conservação ambiental em suas propriedades.

— Todas essas proposições têm o objetivo de fazer a agricultura familiar avançar em nosso país — afirmou.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Senadores querem definir ações contra protecionismo agrícola americano

Em audiência, especialistas alertaram para impactos da nova legislação dos EUA no nível de subsídios a produtos de interesse do Brasil

OS SENADORES VÃO discutir, no Senado e em âmbito internacional, ações para prevenir prejuízos dos agricultores brasileiros, principalmente com as culturas de milho, soja e algodão, depois de os Estados Unidos adotarem práticas protecionistas. Uma delas, proposta por Kátia Abreu (PMDB-TO), que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), seria a criação de um observatório internacional para monitorar os efeitos da nova legislação americana.

A ideia do debate foi anunciada na audiência pública conjunta promovida ontem pelas Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Parlamentares e especialistas debateram a nova lei agrícola dos EUA (Farm Bill), que vem sendo monitorada pela CNA e pela consultoria Agroicone. Os debatedores acreditam que a nova lei agrícola americana pode ser mais lesiva ao algodão, à soja e ao milho brasileiros do que a regra anterior, condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), por garantir renda ao produtor rural americano mesmo quando não houvesse produção.

— Precisamos dar visibilidade a essa questão. É um problema contratado para 2015 — disse o presidente da CRE, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Para André Nassar, diretor da Agroicone, a Farm Bill,



Ricardo Ferraço (C) preside a audiência conjunta que ouviu prognósticos de Clodoaldo Hugueneu (E) e André Nassar

adotada este ano, substituiu os pagamentos diretos aos agricultores, condenados pelas regras da OMC, por um sistema de seguro-agrícola, mais sofisticado do que o anterior, e que, teoricamente, respeitaria as normas internacionais.

Segundo o economista, as novas regras mantêm características protecionistas, que afetariam a competitividade dos produtos dos demais países no mercado internacional. Ele destacou ainda a existência de mecanismos protecionistas na Política Agrícola Comum europeia (PAC) e afirmou que a CNA e o Agroicone também estão atentos ao problema.

— O que eles [EUA] fizeram foi fortalecer o programa do seguro. Só que ele está ficando tão grande que está gerando efeitos semelhantes [aos programas condenados]. Eles estão pagando de outra forma. Eles estão complicando a contra-argumentação —

assinalou Nassar.

O diretor da Agroicone observou que os impactos efetivos dessas legislações deverão ser sentidos na próxima safra: 2014-2015. Segundo ele, as previsões de alta na produção indicam redução de preços e, portanto, aumento da ajuda oficial.

— Está claro que o nível de subsídio nos EUA vai crescer, sobretudo, em produtos de interesse do Brasil como milho e soja — disse André Nassar.

Ricardo Ferraço quer reunir os ministros de Relações Exteriores, da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em sessão temática no Plenário do Senado para debater o problema. A iniciativa recebeu apoio de outros senadores presentes à audiência, como Kátia Abreu e Waldemir Moka (PMDB-MS).

— Estamos agindo de maneira preventiva, não admitin-

do que o problema se instale — disse o presidente da CRE.

Monitoramento

O consultor da CNA, embaixador Clodoaldo Hugueneu, sugeriu que o governo leve a questão à próxima reunião do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), intensifique o debate sobre subsídios agrícolas na Organização Mundial do Comércio e realize consultas aos Estados Unidos e à União Europeia para mostrar que o Brasil está atento a possíveis dispositivos protecionistas contidos nessas legislações.

— Temos que fazer um exercício permanente de monitoramento para ver como isso está sendo implementado. É uma forma de ir acumulando munição para levar adiante, caso seja necessário, um questionamento dessas políticas [junto à OMC] — sugeriu Hugueneu.

Senado aprova embaixadora para Bulgária e Macedônia



O Senado aprovou ontem a indicação de Carmen

Lídia Richter Ribeiro Moura para assumir as embaixadas do Brasil na Bulgária e na República da Macedônia, cumulativamente.

Quando foi sabatinada na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em abril, Carmen Lídia disse que as relações com a Bulgária tiveram um impulso com a eleição da presidente Dilma Rousseff, cujo pai era búlgaro. Dilma visitou a Bulgária em outubro de 2011.



José Cruz/Agência Senado

Comissão de Relações Exteriores recebe senador paraguaio

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais da Câmara de Senadores da República do Paraguai, senador Miguel Abdón Saguier Carmona, foi recebido ontem no Senado pela CRE. A visita tem, entre outros objetivos, debater a situação dos produtores brasileiros no Paraguai, chamados de “brasiguaios”.

De acordo com o governo, o comércio entre Brasil e Paraguai em 2012 foi de US\$ 3,6 bilhões, com crescimento de 38% das exportações paraguaias em relação a 2011.



José Cruz/Agência Senado

Lídice da Mata lembra Dia Mundial do Meio Ambiente



Gerardo Magalo/Agência Senado

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, motivou discurso de Lídice da Mata (PSB-BA) ontem, em Plenário. A data lembra a abertura da Conferência de Estocolmo, sobre as relações do homem com o meio ambiente, organizada pela ONU, há 42 anos. Lídice afirmou que foi a primeira

vez que a comunidade internacional abriu os olhos para os riscos do crescimento econômico sem limites.

Depois de todo esse tempo, disse a senadora, pouco se tem a comemorar: a irresponsabilidade gerou secas intermináveis, enchentes, deslizamentos, pragas, incêndios descontrolados, espécies extintas.

Lídice destacou o último relatório do painel do clima da ONU em que os cientistas advertem que o aquecimento global terá efeitos graves já neste século, com redução da oferta de água doce, comprometimento da produção das grandes culturas e redução da biodiversidade marinha.

— Isso significa que os danos causados pelo crescimento insustentável não são uma abstração intangível. Nossos filhos e netos já nascidos padecerão dos males de um meio ambiente desequilibrado — lamentou a senadora.

Paim aponta avanço do Brasil na questão climática



Gerardo Magalo/Agência Senado

Na passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, Paulo Paim (PT-RS) pediu uma ação forte e decisiva dos governos na questão climática. Ele reconheceu avanços do Brasil, como a redução de 80% na principal fonte de emissão de gases de efeito estufa, o desmatamento.

De acordo com Paim, o Brasil “nunca se furtou” ao debate franco e direto sobre o tema, assim como ao compromisso de levar adiante as metas estabelecidas pelos acordos internacionais.

Em aparte, Gleisi Hoffmann (PT-PR) citou relatório divulgado ontem, na reunião sobre mudanças climáticas da ONU na Alemanha. O documento, disse a senadora, destaca o Brasil como o país que mais reduziu o desmatamento e as emissões de gases.

Paim pediu também apoio dos senadores para dois projetos apresentados por ele que tramitam em conjunto: os PLSs 150/2013 e 152/2013. O primeiro prevê a contagem do período de defeso na atividade pesqueira como tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários. O segundo define regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores.

Kátia Abreu destaca redução do desmatamento



Gerardo Magalo/Agência Senado

Kátia Abreu (PMDB-TO) ressaltou, ontem, matéria veiculada na BBC de Londres apontando o Brasil como exemplo de sucesso na redução do desmatamento. Conforme a parlamentar, um relatório divulgado na reunião da ONU sobre mudanças climáticas, que ocorre em Bonn, na Alemanha, destaca o Brasil como o país que mais reduziu

o desmatamento e as emissões de gases que causam o aquecimento global.

A senadora citou declaração da Union of Concerned Scientists, organização sem fins lucrativos de cientistas para proteção ambiental com sede no Estados Unidos, de que o Brasil conseguiu se distanciar da liderança mundial em desmatamento e do terceiro lugar em emissões de gases e se transformou em exemplo de sucesso. O relatório diz: “As mudanças na Amazônia brasileira na década passada e sua contribuição para retardar o aquecimento global não têm precedentes”.

— E observam ainda que aproximadamente 80% da floresta original ainda existe e que as emissões resultantes de desmatamento no Brasil caíram em mais de dois terços e estão em tendência de queda — disse Kátia Abreu.